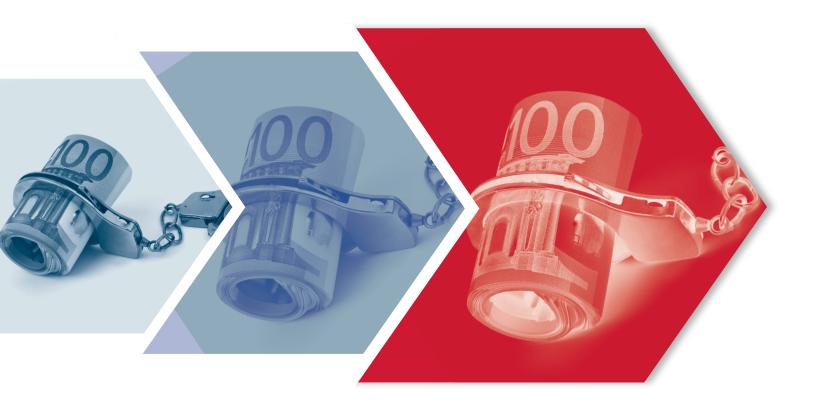
COMO CAPTURAR \ UM CLEPTOCRATA >

Lições do Caso Biens Mal Acquis na França

Tutu Alicante







SUMÁRIO EXECUTIVO

cleptocracia transnacional é uma forma de captura em rede do Estado na qual elites políticas desviam recursos públicos para benefício próprio, lavam seus ganhos ilícitos por meio do sistema financeiro internacional, e gastam esse dinheiro em lugares protegidos pelo Estado de Direito. Atualmente, a cleptocracia representa um dos desafios mais complexos à democracia ao redor do mundo. Para proteger a capacidade de saquear seus próprios países, essas elites neutralizam as tentativas de responsabilizá-las pelos seus atos, efetivamente marginalizando a sociedade civil independente e a imprensa. Esse dinheiro sujo também produz efeitos nocivos nos lugares onde é lavado e guardado, corroendo normas democráticas, o Estado de Direito e organizações regionais e internacionais.

Como as elites cleptocráticas deliberadamente enfraquecem o sistema de fiscalização independente nas nações onde o roubo ocorre, as vítimas da cleptocracia dispõem de poucos meios de conseguir justiça em seu país. Em vez disso, litígios estratégicos em tribunais de outros países oferecem maiores chances de que a justiça seja feita. Ao mesmo tempo, para serem efetivos, esses processos judiciais complexos exigem uma coalização transnacional de atores.

Ao longo da última década, um caso pioneiro de litígio estratégico chegou aos tribunais franceses. No caso Biens Mal Acquis ("ganhos ilícitos"), promotores franceses mantiveram líderes da República do Congo, do Gabão, e da Guiné Equatorial sob sua mira por conta de bens adquiridos em solo francês. Esses bens haviam supostamente sido comprados por meio de ganhos ilícitos e envolveram fraude ou lavagem de dinheiro, com base na enorme diferença entre os salários oficiais da elite e o tamanho da riqueza que elas e suas famílias mantinham na França. Em 27 de outubro de 2017, o vice-presidente guinéu-equatoriano Teodoro Nguema Obiang tornou-se a primeira autoridade estrangeira de alto-escalão a ser julgada e condenada pelos tribunais franceses sob a acusação de desvio de fundos adquiridos por meio de corrupção para investimentos no território francês. Ele foi condenado a três anos com suspensão condicional da pena.

Para grupos da sociedade civil que tentam processar juridicamente os cleptocratas de seus países, o caso contra o vice-presidente Obiang oferece diversas lições importantes:

• Mobilizar a sociedade civil local e a diáspora. Embora grupos da sociedade civil nos "países de origem" (onde o roubo ocorre) frequentemente sofram repressão brutal que inibe sua capacidade de expor e combater a cleptocracia, é de importância fundamental que participem de litígios estratégicos. Esses grupos locais, bem como grupos da diáspora, podem ter acesso a informações e recursos importantes indisponíveis às ONGs internacionais. Além disso, como vítimas mais diretas da cleptocracia, esses grupos são empoderados por seu papel nos procedimentos legais e a cooperação com atores internacionais tem o papel de construir capacidades que fortalece a sua habilidade para combater a cleptocracia.

- Desenvolver uma campanha de comunicação transnacional. A imprensa possui um papel fundamental em expor a cleptocracia transnacional, mas devido a restrições rigorosas à imprensa nos países de origem, é necessário colaboração e cooperação transnacional para mobilizar a opinião pública no exterior, onde ela pode ter um impacto maior. Ao visar públicos dos "países hospedeiros" onde os cleptocratas guardam seus ganhos ilícitos, chama-se a atenção para o quanto esses países facilitam a cleptocracia e para o impacto da cleptocracia transnacional nessas sociedades. Além disso, a legitimidade dos cleptocratas em seus países de origem depende de sua reputação internacional. Expor sua venalidade na mídia internacional pode criar um estigma capaz de reduzir a capacidade dos cleptocratas de usar a imprensa internacional a seu favor.
- Defender reformas duradouras nos países hospedeiros. Como a defesa da democracia é algo normalmente difícil no contexto dos países de origem da cleptocracia, os grupos da sociedade civil deveriam considerar informar os decisores políticos dos países onde o dinheiro ilícito é guardado, onde essa informação pode causar maior impacto. Como o impacto da cleptocracia nem sempre fica imediatamente evidente nesses países, os decisores políticos normalmente não estão focados nessas questões. Expor o impacto corrosivo da cleptocracia transnacional em países com forte Estado de Direito é a melhor aposta da sociedade civil para que haja reformas significativas que coíbam a cleptocracia. Os ativistas precisam conhecer bem as leis e regulamentos que influenciam diretamente seu caso, e precisam antever a necessidade de novas leis como o resultado de um caso bem-sucedido de litígio estratégico.
- Gerenciar expectativas desde o início. Casos de litígio estratégico são frequentemente demorados e dispendiosos. O caso *Biens Mal Acquis* contra o vice-presidente Obiang levou mais de uma década para se materializar e é provável que haja novos recursos contra a decisão. Grupos da sociedade civil que pratiquem litígio estratégico precisam estar preparados para essa realidade. Além disso, o resultado desses casos pode não ser exatamente a forma de "justiça" buscada pelas vítimas da cleptocracia. Apesar da condenação do réu, o vice-presidente Obiang corre o risco de prisão apenas se cometer o crime novamente em solo francês. É improvável que os bens apreendidos em decorrência da condenação retornem de maneira concreta às mãos dos cidadãos guinéu-equatorianos. É importante, entretanto, que aqueles envolvidos em casos de litígio estratégico compreendam a importância das "vitórias simbólicas" desses processos: um cleptocrata foi publicamente exposto e condenado, e sua capacidade de esconder dinheiro roubado fora de seu país foi reduzida.

Combater a cleptocracia em rede exige uma ação igualmente em rede e transnacional. Para que coalizões transnacionais sejam formadas, fortalecidas, e tenham impacto, atores divididos geográfica e localmente precisam do tempo, espaço, e recursos para formar alianças e planejar uma ação em rede.

INTRODUÇÃO

A cleptocracia transnacional, uma forma de corrupção predatória conduzida pelo Estado que ultrapassa as fronteiras dos países em que se origina, está fortemente relacionada com boa parte dos casos mais graves de abuso dos direitos humanos, conflitos armados, e redes de crime organizado do mundo.

A um mero observador, pode não ser imediatamente óbvio como itens de *memorabilia* de Michael Jackson poderiam constituir uma ameaça à democracia. No entanto, os ativistas e jornalistas de diversas partes do mundo que lutam para revelar e combater a cleptocracia sabem muito bem o papel que valiosos artigos de arte e até mesmo itens de colecionador de cultura pop podem desempenhar na facilitação desse flagelo global.

A cleptocracia transnacional, uma forma de corrupção predatória conduzida pelo Estado que se estende para além das fronteiras dos países onde se origina, está intimamente ligada a grande parte dos casos mais graves de abuso dos direitos humanos, conflitos armados, e redes de crime organizado. Apoiada por uma série de fatores, incluindo mercados financeiros abertos e a exploração de recursos naturais, os cleptocratas saqueiam os cofres públicos com impunidade e enviam o dinheiro ao exterior, em países—normalmente democracias—onde ele fica protegido por leis e normas rígidas. Os ganhos com origem ilícita são posteriormente transformados em imóveis caros, obras de arte valiosas, e outras formas de riqueza que ocultam sua origem hedionda.

Como aqueles que cometem o roubo buscam lavar não apenas o dinheiro como também suas reputações, também tendem a se inserir nessas sociedades democráticas doando quantias generosas a universidades e organizações respeitadas,¹ fazendo parte de conselhos de instituições de caridade e comprando franquias de equipes esportivas. Os investimentos dos cleptocratas em países democráticos resultam na inflação dos preços de imóveis, expulsando moradores comuns de muitos bairros. Fundamentalmente, a chegada de fortunas de origem ilícita também está associada à erosão de normas e instituições democráticas.

Nos países onde o roubo ocorre, o preço é especialmente alto. Recursos que poderiam ser investidos em bens públicos como educação, saúde, e infraestrutura são desviados para o bolso de membros do governo. Nesses regimes, há poucas opções para cidadãos que queiram mudar o status quo. Líderes cleptocratas costumam reprimir e eliminar mecanismos de responsabilização que possam impedir suas atividades criminosas, deixando pouco espaço para a sociedade civil, meios de comunicação independentes, tribunais imparciais, e outras instituições de fiscalização.

Na África Central, essa prática tem provocado um impacto devastador. O presidente camaronense Paul Biya passou um terço de seus 35 anos no poder fora do país, normalmente no Intercontinental, hotel de cinco estrelas em Genebra, na Suíça, que de algum modo ele consegue pagar com seu salário oficial mensal de menos de 200 dólares. Enquanto isso, um quarto da população dos Camarões sobrevive com menos de 2 dólares por dia. A média da expectativa de vida no país é de menos de 60 anos.² Na Guiné Equatorial, os cidadãos sofrem com a pobreza extrema, falta de acesso a água, saúde, e educação; e com taxas de expectativa de vida e de mortalidade infantil piores do que a média para a África Subsaariana,³ apesar de o país possuir um dos maiores PIB per capita do continente.⁴

APREENSÃO DE BENS DE TEODORO NGUEMA OBIANG AO REDOR DO MUNDO

Estados Unidos

• Em **2014**, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos confiscou mais de **30 milhões de dólares** em bens, incluindo itens de *memorabilia* de Michael Jackson, uma mansão em Malibu, e um Ferrari.⁵



França

 Em 2017, os tribunais franceses confiscaram uma mansão em Paris de 120 milhões de dólares, bem como carros de luxo avaliados em 5,6 milhões de dólares.⁸

Suíça

Em 2016, promotores suíços apreenderam 11 carros de luxo avaliados em aproximadamente
 8 milhões de dólares⁶ e o megaiate "Ebony Shine."⁷



Brasil

 Em 2018, a polícia brasileira apreendeu
 16,5 milhões de dólares em dinheiro e relógios de luxo.⁹

Advogados, organizações da sociedade civil, e ativistas africanos que investigam os bens em território francês do vice-presidente guinéu-equatoriano—o filho do presidente, Teodoro Nguema Obiang—descobriram uma mansão de 120 milhões de dólar na seleta Avenida Foch de Paris, 11 carros de luxo, incluindo um Maserati, um Aston Martin, um Rolls Royce, um Porsche, dois Bugatti, dois Ferraris, e dois Bentleys, além de um iate de luxo em seu nome avaliado em 120 milhões de euros.¹º Nos Estados Unidos, um relatório de um subcomitê do Senado listou os bens de Obiang no país, que incluem duas mansões—uma delas, o imóvel mais caro de Malibu à época, uma área de 1.400 metros quadrados na Pacific Coast Highway com seu próprio campo de golfe, quadra de tênis, e duas piscinas—cujo valor somado ultrapassa os 40 milhões de dólares. Os investigadores americanos também encontraram um jato particular avaliado em 30 milhões de dólares, vários veículos de luxo, sete estátuas em tamanho real de Michael Jackson, e milhões de dólares em outros itens de *memorabilia* do cantor, como a luva cravejada de diamantes de sua turnê *Bad* (1987–89) e a jaqueta vermelha que o artista vestiu no videoclipe de "Thriller."

A história se repete em países como República do Congo, Angola, Gabão, e Chade. Líderes da África Central vêm reprimindo sistematicamente nos seus países instituições capazes de fiscalizá-los e responsabilizá-los por seus atos, permitindo, assim, que o roubo cleptocrático permanecesse impune. Suas vítimas raramente dispunham de recursos legais nesses países.

Dadas as imensas vantagens gozadas pelos cleptocratas, o julgamento do caso apelidado de Biens Mal Acquis ("ganhos ilícitos") na França representa um exemplo singular de justiça sendo feita contra cleptocratas por tribunais de um país estrangeiro onde prevalece o Estado de Direito. Nesse caso, um conjunto de ativistas e advogados usaram o litígio estratégico, uma estratégia tendo por alvo os meios de comunicação, e contribuições



Apesar de o país possuir um dos maiores PIB per capita da África, a maioria dos cidadãos guinéu-equatorianos sofrem com a pobreza extrema. da sociedade civil em diversos países para lutar contra forças cleptocráticas e recuperar recursos desviados, expondo ao mundo a profundidade da pilhagem dos cleptocratas. Além do litígio em si, os julgamentos tiveram dois efeitos: primeiro, mostraram que as autoridades "intocáveis" em questão, invencíveis em seus próprios países, podem apesar de tudo ser submetidas às leis. Segundo, demonstraram que os abusos cometidos pelos líderes corruptos podem ser expostos para o mundo de maneiras que o público em geral consegue prontamente compreender.

Parte integral do sucesso dessa estratégia foi a formação de uma coalizão transnacional de figuras e organizações-chave, que trabalharam juntas para levar os cleptocratas à justiça. Usando o julgamento de Teodoro Nguema Obiang nos tribunais franceses como estudo de caso, o presente ensaio oferece lições para a sociedade civil sobre como avançar na luta contra a cleptocracia transnacional por meio do litígio estratégico.

O litígio estratégico é o processo de empregar ações judiciais como parte de uma estratégia multifacetada mais ampla, que também pode incluir campanhas na mídia, ações de advocacy junto a legisladores, e construção de capacidades junto a ativistas e organizações locais. Isso é fundamental na batalha contra a cleptocracia transnacional, que opera na base de complexas redes que atravessam as fronteiras dos países. As partes constitutivas de uma estratégia efetiva de litígio estratégico podem combater e desestabilizar essas redes de maneiras que não seriam possíveis focando apenas em uma única frente de ação. O caso Biens Mal Acquis contou com uma campanha de comunicação muito bem planejada para informar e mobilizar apoio no conjunto mais amplo de pessoas prejudicadas, bem como uma campanha de advocacy visando convencer os decisores políticos a adotar novos procedimentos e leis que permitissem a devolução da riqueza subtraída às suas vítimas. Tais reformas podem ser tão importantes quanto o próprio litígio. Além disso, envolver ativamente as comunidades locais e da diáspora no litígio é crucial para qualquer uso bem-sucedido do litígio estratégico.



O JULGAMENTO DO CASO BIENS MAL ACQUIS: UMA OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA DE INFLUÊNCIA PARA A SOCIEDADE CIVIL

Como o regime onde a cleptocracia ocorre tende a ser tipicamente autoritário e repressivo, há poucos meios locais para responsabilizar os líderes por seus crimes e trazer justiça para as suas vítimas. O caso Biens Mal Acquis na França oferece uma via para ativistas da sociedade civil que buscam um caminho litigioso fora os países dos cleptocratas, nas jurisdições onde eles lavam e gastam seu dinheiro.

Em 2007, a organização não governamental (ONG) francesa Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD) publica Biens Mal Acquis, À Qui Profite Le Crime? (Ganhos ilícitos: quem se beneficia com o crime?), um extenso relatório sobre os lucros da corrupção pública na África. O relatório de 200 páginas baseou-se quase exclusivamente em dados investigativos compilados pelos membros da Federação dos Congoleses da Diáspora e outros ativistas africanos radicados na França. Esses ativistas usaram registros administrativos franceses para documentar ativos equivalentes a mais de 200 bilhões de dólares acumulados na França por 23 ditadores e seus familiares. Entre as famílias presidenciais africanas estavam nesse levantamento as da República do Congo, Gabão, e Guiné Equatorial. 12

O relatório serviu de base para uma queixa-crime apresentada pela Sherpa, uma ONG francesa que usa a lei para buscar reparação às vítimas de crimes econômicos, junto com a Survie, uma ONG sediada na França que foca na luta contra a corrupção e a fome na África, e a Federação dos Congoleses da Diáspora, contra os presidentes da República do Congo, do Gabão, e da Guiné Equatorial e suas famílias e colaboradores próximos. A denúncia argumentava que os bens adquiridos em solo francês haviam sido provavelmente pagos com ganhos ilícitos e envolveu fraude ou lavagem de dinheiro, citando a imensa lacuna entre o tamanho da fortuna dos cleptocratas e suas famílias na França e os modestos salários das autoridades públicas em questão. A polícia francesa afirmou ter investigado as alegações, mas ninguém foi indiciado.

Um ano depois, em 2008, a Sherpa solicitou ao tribunal que a divisão francesa da Transparência Internacional (TI France) se constituísse parte civil no caso, na esperança de desencadear novas investigações. Antes que pudesse decidir sobre o início das investigações judiciais, no entanto, o tribunal francês precisava primeiro decidir sobre se a Tl France possuía "suficiente interesse legal para justificar sua participação no caso, permitindo, assim, que apresentasse uma denúncia." Após um extenso e criativo embate legal, em dezembro de 2010 o tribunal de apelação francês deu um veredito histórico, reconhecendo a legitimidade processual da TI France necessária para instaurar um processo contra aqueles líderes. Quase uma década depois da publicação do relatório do CCFD, o vice-presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Nguema Obiang, tornou-se a primeira autoridade estrangeira exercendo um cargo de alto escalão a ser julgada e condenada pelos tribunais franceses por desviar recursos provenientes de corrupção por meio de investimentos em território francês. 13

MOBILIZANDO A SOCIEDADE CIVIL LOCAL E A DIÁSPORA

É importante envolver grupos da sociedade civil locais e da diáspora no vasto trabalho de pesquisa necessário para identificar bens obtidos ilegalmente. Enquanto vítimas da cleptocracia, eles possuem um incentivo inerente para participar da obtenção de provas. Também costumam possuir uma compreensão profunda das realidades de seus países. Para aqueles na diáspora que possuem familiares vivendo no Estado cleptocrático, recuperar e repatriar os ativos é um componente fundamental da restauração da justiça em suas nações, e desempenhar um papel nesse processo pode ser enormemente empoderador.

A inclusão de atores locais oferece às ONGs internacionais uma oportunidade de fortalecer competências de organizações e ativistas parceiros dos países afetados, permitindo-os desenvolver um senso de apropriação do processo. Além disso, a inclusão de vozes locais e da diáspora na linha de frente das campanhas de mobilização do público na luta contra a cleptocracia ajuda a garantir que os líderes cleptocratas não classifiquem a demanda por reforma como ilegítima ou como interferência estrangeira e que a linguagem local seja usada de maneira efetiva.

Na fase de obtenção de provas para o caso do vice-presidente Obiang, ativistas africanos radicados em Paris descobriram uma abundância de bens na França, incluindo a mansão, carros de luxo, e iate mencionados anteriormente. Nas primeiras etapas do litígio, advogados da Sherpa trabalharam junto com os ativistas africanos na diáspora sobretudo, por meio de duas organizações com sede na França focadas em reduzir a corrupção e a pobreza na África, a Survie, e a Federação dos Congoleses da Diáspora que apresentaram a queixa-crime original aos promotores públicos em março de 2007.¹⁴ O processo foi posteriormente arquivado devido a "insuficiência de provas." Enquanto isso, um ativista local que trabalhava no caso, Grégory Ngbwa Mintsa, do Gabão, era alvo de crescente assédio e ameaças de morte, e outro, o jornalista Bruno J. Ossebi, foi assassinado na República do Congo em 2009. Esses graves revezes levaram os advogados da Sherpa a mudar drasticamente o curso de ação, inserindo a divisão francesa da Transparência Internacional (TI France) como parte civil no processo e concentrando-se nos ativistas, jornalistas, e potenciais testemunhas na diáspora, que possivelmente enfrentariam menos riscos do que aqueles que trabalhavam no próprio país do cleptocrata.15

Muitas lições importantes sobre o trabalho com atores locais podem ser aprendidas a partir do julgamento do caso Biens Mal Acquis na França. Desafiar os cleptocratas é um trabalho inerentemente perigoso para grupos da sociedade civil que operam em regimes autoritários. ONGs sediadas fora do país em questão precisam pesar os riscos físicos e de segurança da informação associados à inclusão de atores locais em comparação com membros da comunidade da diáspora, e se organizarem apropriadamente. No mínimo, atores locais requerem treinamento em protocolos de segurança pessoal e de comunicação digital para garantir que as informações descobertas sejam preservadas e transmitidas de maneira segura para fora do país. É preciso desenvolver medidas para garantir a segurança e a potencial transferência de denunciantes (whistle-blowers) e outras importantes fontes de provas. Um bom exemplo é a Plataforma

PRINCIPAIS FATOS QUE ANTECEDERAM O JULGAMENTO DO CASO BIENS MAL ACQUIS¹⁶

2007

A ONG francesa Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD) publica relatório com a estimativa do valor dos ativos acumulados em países ocidentais de 23 ditadores e ex-ditadores e suas famílias

Março: A Sherpa, a Survie, e a Federação dos Congoleses da Diáspora entram com uma denúncia contra os presidentes da República do Congo, do Gabão, e da Guiné Equatorial, bem como contra membros de suas famílias e colaboradores próximos. Os autores da denúncia alegam, com base no trabalho investigativo do CCFD, que esses indivíduos eram proprietários de um número considerável de ativos imobiliários em solo francês que não poderiam ter sido adquiridos apenas com os seus salários

Junho: A polícia realiza uma investigação preliminar. A investigação corrobora a maior parte das alegações da Sherpa e revela a existência de inúmeros outros bens de propriedade dos ditadores.

12 de novembro: O Ministério Público francês retira as acusações devido à insuficiência de provas.

2008

9 de julho: A Transparência Internacional França (TI France) registra uma queixa no Ministério Público de Paris. A queixa é novamente rejeitada.

2 de dezembro: A TI France, representada pelo advogado parisiense William Bourdon, presidente da Sherpa, registra uma denúncia solicitando ingressar no caso como parte civil, na esperança de conseguir uma investigação judicial.

2009

5 de maio: A juíza de instrução decana do Tribunal de Paris aceita o requerimento da TI France para constituir parte civil do caso.

29 de outubro: O juizado de instrução do Tribunal de Apelação de Paris reverte a decisão e decide que a TI France não pode constituir parte civil do caso.

2010

9 de novembro: A TI France apela ao Supremo Tribunal, e a Câmara Criminal do Tribunal de Cassação reverte a decisão dos juízes do Tribunal de Apelação, aceitando a queixa registrada pela TI France em 2 de dezembro de 2008. É a primeira vez que um grupo anticorrupção recebe o status de parte lesada perante os tribunais, permitindo-lhe, assim, instaurar processos penais relativos a crimes de corrupção.

2011

28 de setembro e 3 de outubro: A polícia francesa apreende 18 veículos pertencentes a Teodoro Obiang.

13 de outubro: O governo guinéu-equatoriano nomeia Teodorin Obiang para o cargo de delegado permanente adjunto da Guiné Equatorial junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)—uma decisão estratégica que confere imunidade contra processos criminais. A Sherpa, a TI France, e a EG Justice enviam uma série de cartas à Unesco, bem como ao governo francês, protestando contra a nomeação, denunciando essa tática protelatória e solicitando que se oponham à nomeação por todos os meios disponíveis. Por fim, Teodorin Obiang não assume o cargo na Unesco, mas é nomeado segundo vice-presidente da Guiné Equatorial em 21 de maio de 2012.

2012

14 a 23 de fevereiro: Agentes do Escritório Central para Repressão de Grandes Crimes Financeiros realizam uma extensa busca na casa do vice-presidente Obiang, provando que ele é o beneficiário efetivo do imóvel. Apelações contra as buscas são rejeitadas.

13 de julho: Um mandado de prisão é expedido contra o vice-presidente Obiang após sua recusa em responder a uma intimação emitida pelo juizado de instrução para interrogá-lo. Seus advogados tentam impugnar o mandato, sem sucesso.

2014

18 de março: O juizado de instrução formaliza a acusação contra o vice-presidente Obiang, contestada por seus advogados, que alegam que ele goza de imunidade contra processos criminais.

2015

16 de abril: O juizado de instrução do Tribunal de Apelação de Paris rejeita o pedido de anulação interposto pelos advogados do vice-presidente Obiang, decidindo naquela ocasião que sua nomeação para o cargo de vice-presidente foi "uma nomeação de circunstância." Os advogados do vice-presidente Obiang entram com recurso de apelação junto ao Tribunal de Cassação.

15 de dezembro: O Tribunal de Cassação rejeita a alegação de imunidade, afirmando que o vice-presidente Obiang não poderia reivindicar os benefícios de qualquer imunidade pessoal, já que suas responsabilidades "não eram as de um Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro das Relações Exteriores," e nem poderia se beneficiar de imunidade funcional (à qual todos os funcionários públicos têm direito) porque "todos os crimes dos quais ele foi acusado (...) foram cometidos para fins pessoais" e não guardam relação com suas funções oficiais.

2016

13 de junho: A Guiné Equatorial entra com uma ação legal contra a França junto à Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) na esperança de receber reconhecimento legal da suposta imunidade do vice-presidente Obiang contra processos criminais, bem como o status diplomático de sua antiga residência.

5 de setembro: O juizado de instrução ordena que o vice-presidente Obiang seja encaminhado ao Tribunal de Paris para que responda às acusações de lavagem de dinheiro com relação à apropriação indébita de ativos corporativos, apropriação indébita de recursos públicos, apropriação indébita de bens fideicomitidos, e atos de corrupção cometidos em solo francês entre 1997 e 2011. De acordo com os magistrados franceses, o vice-presidente Obiang teria supostamente enriquecido ilicitamente ao exigir pagamentos indevidos de empresas privadas tentando fazer negócios na Guiné Equatorial; ao desviar recursos públicos do Tesouro da Guiné Equatorial para suas contas pessoais; e ao usar para fins pessoais fundos de várias empresas guinéu-equatorianas. Ele teria em seguida desviado o lucro obtido por meio desses vários crimes para a França (por meio de transações envolvendo bens mobiliários e imobiliários).

29 de setembro: À luz do início iminente do julgamento do vice-presidente Obiang, o governo da Guiné Equatorial recorre à CIJ para que seja concedida uma medida provisória ordenando que a França suspenda todos os processos criminais em andamento contra o vice-presidente da República da Guiné Equatorial e garantindo a inviolabilidade das "instalações diplomáticas" localizadas em sua antiga residência.

7 de dezembro: A CIJ julga o pedido de medida provisória impetrado pela Guiné Equatorial. Em relação à disputa em relação à sua antiga residência, o Tribunal ordena que a França garanta que as instalações apresentadas como sede da missão diplomática da Guiné Equatorial gozem de tratamento equivalente ao exigido pela Convenção de Viena. Também ordena que a França suspenda a execução de qualquer medida de apreensão anterior à resolução final do caso pela CIJ—uma medida que não privaria os juízes franceses da possibilidade de emitir uma ordem de apreensão. Quanto ao pedido da Guiné Equatorial relativo à imunidade do vice-presidente Obiang, o Tribunal declara-se incompetente para analisá-lo. Portanto, não há mais obstáculos impedindo que o vice-presidente Obiang fosse levado a julgamento perante o Tribunal de Paris.

2017

19 de junho: O julgamento tem início em Paris.

de Proteção de Denunciantes na África (PPLAAF), uma ONG com sede na África do Sul que oferece assistência jurídica, embora recursos adicionais sejam necessários. Por fim, coletar e assimilar informações sobre transações financeiras complexas exige treinamento especializado em gestão de dados, procedimentos contábeis e outras competências financeiras. Organizações internacionais da sociedade civil precisam apoiar parceiros locais com aconselhamento profissional e instruções relevantes.

DESENVOLVENDO UMA CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO TRANSNACIONAL

A imprensa possui um papel fundamental a desempenhar na exposição da cleptocracia transnacional, mas devido às restrições ao espaço informacional em regimes autoritários, é necessária uma colaboração e cooperação transnacional para mobilizar a opinião pública internacional, onde as restrições à imprensa impostas pelos cleptocratas geralmente não alcançam. Focar em públicos dos "países hospedeiros"—onde os cleptocratas guardam seus ganhos ilícitos—também ajuda a atrair a atenção para o quanto esses países facilitam a cleptocracia e encoraja autoridades públicas a pensar em reformas para solucionar o problema.

A Guiné Equatorial é um exemplo disso. A família presidencial vem mantendo sua dominância sobre boa parte do país devido a seu absoluto controle sobre as transmissões de rádio e televisão e a praticamente inexistência de imprensa escrita. A liderança impede a emergência de vozes independentes e usa o aparato de comunicação estatal para amplificar narrativas favoráveis ao regime. O vice-presidente Obiang é dono do único canal de televisão privado e de estações de rádio autorizadas a operar no país, enquanto o presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo e seus aliados são donos de empresas de telecomunicação responsáveis pelos serviços de telefonia e internet do país. Consequentemente, o governo é capaz de controlar minuciosamente quais mensagens chegam até as massas via televisão, rádio, e internet. Quando julga conveniente, em particular durante o período eleitoral ou após violentos ataques do governo a partidos de oposição, o regime derruba completamente a internet, interrompendo o funcionamento das plataformas de rede social—Facebook, Twitter, WhatsApp, e outras—usadas pelos jovens e por ativistas da sociedade civil para se comunicar.¹⁷ Mais rotineiramente, ele bloqueia os blogs e websites de notícias, partidos políticos, e ONGs que considera críticos às ações do regime. 18 Ele chegou até mesmo a suspender temporariamente canais de televisão por veicular reportagens desfavoráveis.19

Líderes cleptocratas também se empenham em proteger sua imagem no exterior. Ativistas anticorrupção da África confirmaram que o presidente Obiang e o presidente da República do Congo investiram milhões de dólares para adquirir participação em meios de comunicação regionais existentes, como a *Afrique 24* e a *Jeune Afrique* e abrir novas empresas de comunicação, como a *Afrique Media*.²⁰ De maneira similar, esses governos, conforme demonstram os registros do Departamento de Justiça dos Estados Unidos de acordo com a Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA), gastaram dezenas de milhões de dólares ao longo de vários anos com lobistas e escritórios de advocacia nos Estados Unidos para ajudá-los a limpar sua imagem e marcar encontros importantes com legisladores e membros do Executivo do país.²¹



Apreensão de carros esportivos de luxo do vice-presidente Obiang.

É fundamental que jornalistas de investigação e organizações da sociedade civil deem uma resposta a isso por meio de uma estratégia robusta de comunicação, aumentando a conscientização das pessoas no país e no exterior sobre a cleptocracia, explicando para diferentes públicos suas causas, consequências, e potenciais remédios.

No caso Biens Mal Acquis contra o vice-presidente Obiang, a equipe de advogados e partes interessadas não conseguiram construir uma boa estratégia de comunicação desde o início, em parte por limitações severas de recursos humanos e financeiros. Entretanto, após a apreensão de 15 carros de luxo, obras de arte raras, móveis antigos, e outros bens da mansão na Avenida Foch em 2011 e 2012, a Sherpa e a Transparência Internacional—incluindo sua sede em Berlim—começaram a dedicar tempo e dinheiro para destacar o problema da grande corrupção na Guiné Equatorial como parte de uma campanha de comunicação mais ampla chamada "Desmascare o corrupto." A estratégia abarcava diversas figuras proeminentes, incluindo o vice-presidente Obiang, e perguntava aos leitores a qual cleptocrata a TI deveria direcionar sua atenção. Quando a Guiné Equatorial não obteve votos suficientes, a TI France assumiu a campanha, criando vídeos e outros conteúdos multimídia para explicar a cleptocracia da Guiné Equatorial para o público francês.

Organizações da sociedade civil com sede nos Estados Unidos também desenvolveram campanhas de comunicação sobre o tema. Em 2011, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos apresentou um pedido de sequestro de bens contra o vice-presidente Obiang por corrupção e lavagem de dinheiro. O caso envolvia 70 milhões de dólares em bens de luxo, incluindo um jato Gulfstream, uma mansão em Malibu, e quase 2 milhões de dólares em itens de *memorabilia* de Michael Jackson,²² como a conhecida luva da turnê *Bad* do cantor.²³ Em 2014, o caso chegou a um acordo após o vice-presidente Obiang concordar em renunciar a 30 milhões de dólares em bens e imóveis.²⁴ Nesse contexto, organizações como a EG Justice, a Iniciativa de Justiça da Open Society, e a Human Rights Watch conseguiram informar a imprensa e o público americano por meio de artigos de opinião publicados em jornais de grande circulação e disponibilizando conteúdo em seus websites.

Outra campanha foi organizada em resposta aos esforços de Obiang para limpar sua imagem por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 2008, a Unesco criou o Prêmio Internacional Unesco-Obiang

Nguema Mbasogo para Pesquisa em Ciências da Vida, com uma doação de 3 milhões de dólares do presidente Obiang. Em 2012, mesmo com um mandado internacional de prisão em aberto contra seu filho, o presidente tentou indicar o jovem Obiang como embaixador da Guiné Equatorial junto à Unesco, um cargo que poderia lhe conferir imunidade diplomática. Entre 2009 e 2013, a EG Justice, a Iniciativa de Justiça da Open Society, e a Human Rights Watch lideraram de maneira coordenada uma campanha global que apelava à Unesco e à comunidade internacional para acabar com o prêmio à luz da cleptocracia e repressão desenfreadas na Guiné Equatorial. O prêmio sobreviveu, embora tenha sido mudado o seu nome para Prêmio Internacional Unesco–Guiné Equatorial para Pesquisa em Ciências da Vida, removendo o nome de Obiang.

Para maximizar
o alcance de suas
mensagens, atores
da sociedade civil
precisam produzir
materiais desenhados
para e acessíveis a
públicos específicos
do país de origem,
do país hospedeiro,
e da comunidade
internacional.

Para disseminar informações sobre os vários casos contra o vice-presidente Obiang, a EG Justice foi além de campanhas de comunicação envolvendo o envio de cartas, publicação de textos de opinião, entrevistas, e comunicados de imprensa e começou a usar as redes sociais, em particular o Facebook, o meio mais popular entre os guinéu-equatorianos da diáspora. A organização colaborou com o cartunista guinéu-equatoriano Ramón Esono Ebalé—por meio de seu blog *Locos TV* e em um vídeo criativo—para lançar luz sobre os casos e o problema da corrupção na Guiné Equatorial.²⁶

Notavelmente, no entanto, as campanhas feitas por ONGs europeias e americanas não conseguiam sensibilizar o público guinéu-equatoriano. Era considerado inseguro para ativistas levar materiais impressos de campanha para o país ou contratar gráficas locais para reproduzir os materiais. Consequentemente, a maioria dos guinéu-equatorianos desconheciam, por exemplo, os detalhes específicos do caso Biens Mal Acquis contra o vice-presidente.

Organizações da sociedade civil que queiram usar o litígio estratégico contra cleptocratas deveriam aprender com a experiência do caso Biens Mal Acquis e planejar no longo prazo, dedicando recursos suficientes para campanhas de comunicação que durem vários anos. No caso estudado aqui, quase uma década se passou desde que os tribunais franceses decidiram pela primeira vez que a TI France possuía legitimidade processual para processar o vice-presidente Obiang até sua condenação em 2017, e o caso deve ficar suspenso por mais vários anos devido a recursos judiciais. O processo legal pode ser terrivelmente lento em regimes democráticos onde o litígio estratégico é possível, e os ativistas que desejam manter esses casos em evidência precisam levar isso em consideração desde o início ao desenvolver uma estratégia de comunicação.

Para maximizar o alcance de suas mensagens, atores da sociedade civil precisam produzir materiais desenhados para e acessíveis a públicos específicos do país de origem, do país hospedeiro, e da comunidade internacional. Muitas das campanhas para chamar atenção para os casos contra o vice-presidente Obiang foram produzidas em francês ou inglês, enquanto a maioria dos guinéu-equatorianos fala espanhol ou idiomas locais. As campanhas também precisam ser produzidas usando uma variedade de formatos, incluindo artigos longos e textos mais curtos, vídeos, gráficos, e outros materiais multimídia, para atingir um público diversificado.

A Guiné Equatorial talvez seja um exemplo extremo, mas países cleptocráticos são, por definição, pobres e repressivos, e levar informações para esses regimes é um desafio.



teddynguema











4,042 likes

View all 131 comments

romarley 🤼

May 15

O vice-presidente Obiang frequentemente ostenta publicamente sua riqueza por meio de sua conta do Instagram. Ativistas que visam públicos locais precisam adotar métodos inovadores para serem bem-sucedidos. Em países onde a falta de infraestrutura ou restrições deliberadas torna o uso diário da internet difícil ou arriscado, aplicativos móveis de comunicação segura como WhatsApp e Signal podem ser utilizados para atingir o público local. Cabe aos ativistas conduzir essas campanhas para determinar qual método de comunicação é o mais seguro e amplamente usado nos países onde atuam.

Por fim, os ativistas que desenvolvem campanhas de comunicação precisam antever a potencial reação de governantes cleptocratas, e já ter na manga contra-argumentos persuasivos. No contexto africano, por exemplo, tentativas de forças externas de encorajar a transparência e responsabilização são prontamente classificadas pelo regime cleptocrático como racistas ou neocolonialistas. Campanhas anticorrupção, argumentam, são um construto do Ocidente desenvolvido para oprimir líderes africanos. Em resposta ao litígio na França, o governo da Guiné Equatorial organizou manifestações em massa em frente à embaixada da França em Malabo, nas quais funcionários públicos obrigados a participar dos protestos carregavam faixas chamando a França de "neocolonialista" e argumentando que ela desejava manter os negros africanos escravizados. Além disso, em 2012, o governo da Guiné Equatorial entrou com um processo por difamação em Paris contra inúmeras ONGs, incluindo a EG Justice, que tentavam expor os casos de corrupção e abuso dos direitos humanos que ocorriam no país. O caso acabou sendo arquivado, mas fez com que as ONGs envolvidas tivessem que dispender muitos recursos para constituir sua defesa legal. Uma estratégia robusta de comunicação precisa preparar uma resposta a essas táticas que possa persuadir o público local, que frequentemente não possui acesso a muitas informações de fora, sobre a importância de combater a cleptocracia por meio de reformas e litigância.



O vice-presidente Obiang foi julgado e condenado no Palácio de Justiça de Paris.

DEFENDENDO REFORMAS DURADOURAS

Os cleptocratas exercem sua atividade desviando dinheiro de regimes relativamente desregulados para países onde os ganhos ilícitos podem ser guardados com segurança e transformados em recursos úteis. Por essas razões, o litígio estratégico costuma ocorrer fora do país onde o roubo ocorreu, em jurisdições onde os cidadãos são menos diretamente afetados pela cleptocracia e onde a aprovação de reformas fundamentais para impedir a cleptocracia não é uma prioridade dos legisladores. No entanto, essas reformas são ainda menos prováveis de acontecer nos regimes cleptocráticos. Campanhas de *advocacy* voltadas para legisladores dos países onde os casos vão a julgamento podem ser a melhor chance de reformas significativas.

Devido à limitação de recursos e não priorização de ações de *advocacy*, o engajamento com legisladores franceses em relação ao caso Biens Mal Acquis contra o vice-presidente Obiang só ganhou força de fato após o julgamento e condenação. Desde então, a TI France, em parceria com o secretariado da TI em Berlim, vem organizando workshops e reuniões do foro legal com membros do parlamento francês para explorar as possibilidades de adoção de leis e procedimentos de sequestro de bens para permitir seu retorno às populações vitimizadas. A EG Justice tem colaborado com a TI France em duas campanhas de financiamento coletivo. Parte do valor arrecadado deve ajudar a TI France nas ações junto aos legisladores franceses para a aprovação dessa legislação.²⁷

Embora o vice-presidente Obiang tenha sido condenado no fim de 2017, há indicativos de que ele não cairá sem lutar, e a TI France ainda enfrentará um longo período de recursos judiciais.²⁸ À luz disso, houve algumas oportunidades perdidas para envolver órgãos regionais nessa luta. Em 22 de janeiro de 2018, em sua Assembleia de Chefes de Estado, a União Africana (UA) declarou 2018 como o Ano Anticorrupção na África. Em um comunicado de imprensa divulgado no lançamento dessa campanha, líderes da UA reconheceram o impacto corrosivo da corrupção na "promoção da governança democrática, transformação socioeconômica, paz e segurança, e no respeito aos dire-

itos humanos entre os países-membros da UA." Mas pouco se viu em termos de resultados concretos dessa ação da UA. A sociedade civil africana foi ignorada nesse processo e não teve espaço para oferecer sugestões e conduzir mudanças.

O foco da UA mudou em 2019—mesmo a corrupção permanecendo um problema grave em todo o continente—mas nada deveria impedir a formação de uma ampla coalizão de organizações da sociedade civil africana e internacional para continuar a pressionar os líderes da UA a levar a sério a luta contra a cleptocracia e defender reformas, incluindo soluções legais efetivas.

Enquanto isso, a defesa de reforma em países onde ocorre o litígio estratégico precisa ser concebida para persuadir o público local. Embora apelar para a consciência moral dos legisladores explicando o efeito devastador da cleptocracia sobre o bem-estar político, social, e econômico do país de origem seja útil e importante. Os ativistas também precisam demonstrar seus danos reais e potenciais—a corrosão do Estado de Direito e a inflação dos preços dos imóveis, por exemplo—nos países hospedeiros. Como os países hospedeiros tendem a ser democracias onde representantes eleitos prestam contas aos eleitores, já está mais do que na hora de investir tempo, energia, e recursos em uma campanha robusta de *advocacy* combinada com uma campanha robusta de comunicação que aumente a conscientização sobre os impactos negativos do dinheiro sujo. Um público mobilizado é capaz de aumentar a pressão sobre os legisladores.

Os ativistas também precisam estar bem versados nas leis e regulamentos que influenciam diretamente seu caso, e precisam antever a possibilidade de serem necessárias novas leis como resultado do caso. No julgamento do caso Biens Mal Acquis contra o vice-presidente Obiang, uma quantidade significativa de ativos foi apreendida de acordo com as leis francesas sobre crime organizado e corrupção.²⁹ Uma vez que uma pessoa é condenada, qualquer bem usado para cometer o crime, ou qualquer bem que constitua o objeto dos ganhos em decorrência do crime, seja direta ou indiretamente, podem ser confiscado pelos tribunais. Mas muitos países têm dificuldade de estabelecer o que deve acontecer aos bens apreendidos, e relutam em retorná-los aos Estados de onde os fundos foram originalmente roubados, por temer que possam desaparecer novamente. Embora a França seja signatária da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que inclui dispositivos sobre a recuperação e repatriação de ativos, as atuais leis da França estipulam que os ativos confiscados de condenações criminais sejam absorvidos pelo Tesouro francês.30 Ativistas da sociedade civil precisam estar preparados para pressionar, se necessário, por legislação que possa garantir um resultado justo para seu caso, como fez a TI France, nesse exemplo, por meio de suas ações para garantir uma lei francesa que permitisse que a riqueza roubada seja retornada e beneficie as populações vitimizadas pelo crime.

CONCLUSÃO: PARA LUTAR CONTRA A CLEPTOCRACIA TRANSNACIONAL, CONSTRUA REDES TRANSNACIONAIS

Organizações da sociedade civil que desejem combater a cleptocracia... precisam cogitar a construção de redes criativas e flexíveis com organizações que representem diferentes regiões e

temas.

A cleptocracia transnacional é um dos problemas mais arraigados do mundo. Suas redes abrangem as elites públicas que saqueiam os recursos de seu país impunemente, além de advogados, banqueiros, e contabilistas que facilitam o roubo e, em muitos casos, os atores privados internacionais subornam para obter bons negócios envolvendo mercadorias ou outra riqueza nacional. Essas pessoas frequentemente possuem extraordinário poder e influência. Organizações da sociedade civil que desejem combater a cleptocracia, seja por meio de litígio estratégico ou outra abordagem, precisam cogitar a construção de redes criativas e flexíveis com organizações que representem diferentes regiões e temas. ONGs que trabalhem no nível local com comunidades afetadas pela pobreza ou outros males crônicos podem ter à disposição mensagens e veículos capazes de conscientizar as pessoas sobre como a corrupção transnacional alimenta esses problemas e como ela afeta os membros de determinados grupos. ONGs locais anticorrupção e de defesa dos direitos humanos podem ter uma rede útil de contatos, incluindo pesquisadores locais e jornalistas de investigação assim como já ter desenvolvido as metodologias de pesquisa e análise jurídica necessárias para contextualizar e compreender os fatos por trás dos desvios, extorsões, subornos, fraudes, lavagem de dinheiro, e outros crimes que terão que ser provados em jurisdições estrangeiras.

As características multifacetadas do bem-sucedido caso Biens Mal Acquis realçam a necessidade de maior colaboração entre uma gama de pessoas e organizações. Ativistas africanos radicados em Paris colaboraram com as ONGs francesas Survie e CCFD-Terra Solidária, ambas organizações de desenvolvimento, para produzir o relatório usado pela Sherpa—a organização jurídica—para solicitar ao Ministério Público investigações mais amplas. A TI France e o secretariado da TI em Berlim contribuíram com sua credibilidade e legitimidade processual, ajudando o caso a avançar. Como mencionado anteriormente, a morte do jornalista congolês Bruno Ossebi e o incessante assédio e ameaças de morte contra o jornalista e ativista gabonês Grégory Ngbwa Mintsa dissuadiram advogados e a TI France de envolver ativistas ou ONGs com sede na Guiné Equatorial. No entanto, uma vez anunciada a data do julgamento, a EG Justice trabalhou com a TI France para envolver advogados e especialistas guinéu-equatorianos, compilar novos depoimentos juramentados, e incluir a deposição de novas testemunhas contra o vice-presidente Obiang (que, por sua vez, não compareceu ao tribunal). O Blog Anticorrupção Global desempenhou um papel indispensável ao manter o mundo informado sobre o caso. Resumindo, a parceria entre atores da sociedade civil e organizações locais e internacionais é crucial para garantir uma campanha de resultados contra cleptocratas inescrupulosos e com mais recursos.

Ao construir essa rede, a sociedade civil precisa criar expectativas realistas. Esses casos podem levar muitos anos para chegar aos tribunais, e são necessários vultosos recursos para cobrir as despesas legais, planejar e executar campanhas contínuas de comunicação e *advocacy*. É preciso oferecer financiamento para engajar jornalistas de investigação locais que possam descobrir provas importantes, manter advogados competentes e comprometidos no país onde os ativos foram roubados e nas jurisdições onde os casos estão tramitando, e contratar os serviços de testemunhas especialistas para depoimento escrito ou durante o julgamento.

Levou dez anos para que o caso Biens Mal Acquis contra o vice-presidente Obiang—após inúmeros arquivamentos, apelações, revezes procedimentais, e morosidade da justiça orquestrada pelo acusado—fosse a julgamento. Desde a condenação, os advogados de defesa entraram com recurso em nome de seu cliente, e o caso deve se alongar por mais vários anos, passando por tribunais de apelação e talvez até mesmo pelo Supremo Tribunal em Paris. Um advogado principal e pelo menos três outros advogados trabalharam no caso em diferentes momentos nos últimos dez anos, com um orçamento limitado, apesar de estarem sujeitos a ataques difamatórios e sérias ameaças à sua segurança.

Quando devidamente planejado, o litígio estratégico pode resultar em importantes vitórias na luta contra autoridades que decidem roubar os cofres públicos e gastar esse dinheiro no exterior. O caso Biens Mal Acquis demonstra que a parceria entre a sociedade civil local e internacional em todos os aspectos desse esforço—comunicação, conscientização, investigação, advocacy, e o próprio litígio—é fundamental para vencermos a luta contra a cleptocracia.

ATUALIZAÇÃO DO EDITOR

• Fórum Internacional de Estudos para a Democracia tem o prazer de relançar este artigo de Tutu Alicante com o objetivo de estimular o diálogo e compartilhar insights de pesquisa com ativistas sociais e com a comunidade global de maneira mais ampla. Ao traduzi-lo em outras línguas—português, francês, e espanhol—esperamos atingir um público mais amplo de ativistas da sociedade civil na esperança de oferecer um roteiro de como o litígio estratégico, combinado com uma sociedade civil articulada e uma imprensa independente, pode ser usado para combater a cleptocracia transnacional.

Desde a publicação original deste artigo, em junho de 2019, tem havido um impulso crescente na luta das democracias contra a cleptocracia transnacional. A comunidade internacional percebeu a ameaça fundamental que a cleptocracia transnacional representa para a democracia, para os direitos humanos, e para a segurança nacional, e desenvolveu inúmeras respostas políticas para enfrentar esse desafio. As recentes propostas de política pública dos Estados Unidos são um exemplo desse aumento de conscientização e ação.

Também houve desdobramentos no julgamento contra o vice-presidente guinéu-equatoriano Teodoro Nguema Obiang. Em 28 de julho de 2021, o mais alto tribunal de apelação da França, o Cour de Cassation, manteve a sentença condenatória contra Obiang, marcando o fim da longa batalha judicial descrita por Tutu Alicante em sua análise. Em outra vitória para as organizações da sociedade civil engajadas nesta luta, em março de 2021, a Assembleia Nacional Francesa aprovou uma legislação de repatriação de ativos que garantiria que os ativos apreendidos em casos de corrupção internacional, como os julgamentos do caso Biens Mal Acquis, fossem devolvidos ao país de onde foram roubados. Com base nas evidências apresentadas nos tribunais franceses, o Reino Unido também ordenou o congelamento de ativos do vice-presidente Obiang e a proibição de sua entrada no país, mostrando como um processo em uma jurisdição pode levar a ações legais em outras.

Embora essas respostas de políticas públicas sejam, sem dúvida, vitais na luta contra a cleptocracia transnacional, elas são sustentadas pelo trabalho corajoso e incansável de organizações da sociedade civil (OSC) de documentação e denúncia da cleptocracia ao redor do mundo. Os julgamentos do caso Biens Mal Acquis na França são um excelente exemplo de como a sociedade civil e a imprensa independente, trabalhando juntas além das fronteiras nacionais, podem fazer justiça às vítimas da cleptocracia. Essa abordagem em rede é crucial para garantir a proteção do futuro da democracia, dos direitos humanos, da transparência, e da governança.

NOTAS

- 1 "Briefing Paper: The UNESCO-Obiang Prize, Corruption, and Abuse in Equatorial Guinea," Open Society Justice Initiative, 27 Setembro 2010, www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/obiang-prize-issue-brief-20100927.pdf.
- 2 Emmanuel Freudenthal, Frank William Batchou, e Gaelle Tjat, "Paul Biya, Cameroon's Roaming President," Organized Crime and Corruption Reporting Project, 18 Fevereiro 2018, www.occrp.org/en/28-ccwatch/cc-watch-indepth/7653-paul-biya-cameroon-s-roaming-president.
- 3 Daniel Bekele, "Equatorial Guinea: Why Poverty Plagues a High-Income Nation," All Africa, 26 Janeiro 2017, www.allafrica.com/stories/201701260593.html.
- 4 Ver "World Economic Outlook Database," Fundo Monetário Internacional, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx.
- 5 Departamento de Justiça dos Estados Unidos, "United States of America v. One Michael Jackson Signed Thriller Jacket and Other Michael Jackson Memorabilia; Real Property Located on Sweetwater Mesa Road in Malibu, California; One 2011 Ferrari 599 GTO," 10 Outubro 2014, www.justice.gov/sites/default/files/press-releases/attachments/2014/10/10/obiang_settlement_agreement.pdf.
- 6 Stolen Asset Recovery Initiative, "Teodoro Nguema Obiang Mangue (11 luxury cars seized in Geneva)," Asset Recovery Watch, www.star.worldbank.org/corruption-cases/node/20497.
- 7 Stolen Asset Recovery Initiative, "Teodoro Nguema Obiang Mangue ("Ebony Shine" yacht)," Asset Recovery Watch, www.star.worldbank.org/corruption-cases/node/20496.
- 8 "Son of Equatorial Guinea's president is convicted of corruption in France," the Guardian, 27 Outubro 2017, www.theguardian.com/world/2017/oct/27/son-of-equatorial-guineas-president-convicted-of-corruption-in-france.
- 9 "Brazil Police Seize \$16m from Equatorial Guinea's VP Delegation," the Guardian, 16 Setembro 2018, www.theguardian.com/world/2018/sep/16/brazil-police-seize-16m-from-equatorial-guineas-vp-delegation.
- 10 Dess Sellmeyer, "11 Supercars of Teodoro Obiang Nguema Mbasogo Seized by French Police," GTSpirit.com, 29 Setembro 2011, www.gtspirit.com/2011/09/29/11-supercars-of-teodoro-obiang-nguema-mbasogo-seized-by-french-police/.
- 11 Em 2004, o Subcomitê Permanente de Investigações do Comitê de Assuntos Governamentais do Senado dos Estados Unidos, sob a liderança do senador Carl Levin, conduziu uma investigação exaustiva de suspeitas de má conduta no Riggs Bank e publicou um relatório que revelou inúmeras violações de leis americanas relacionadas ao setor bancário e à lavagem de dinheiro. O subcomitê concluiu que o banco havia ajudado a família presidencial guinéu-equatoriana a criar múltiplas contas—ignorando sua obrigação legal de reportar isso em relatórios de atividades suspeitas—e criou empresas de fachada (shell companies) estrangeiras com o objetivo de transferir fundos ilegalmente. De maneira similar, banqueiros facilitaram a transferências de vultosas somas de dinheiro—especialmente receitas de petróleo—de contas bancárias do Estado guinéu-equatoriano para contas privadas controladas pelo presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, um de seus filhos, e seu sobrinho.
- 12 Biens mal acquis: à qui profite le crime? (Paris: CCFD-Terra Solidária, Junho 2009), https://ccfd-terresolidaire.org/IMG/pdf/BMA_totalBD.pdf. O relatório também incluiu informações sobre os ativos de propriedade de famílias presidenciais de Angola, Nigéria, Mali, Zâmbia, República Democrática do Congo, Libéria, Quênia, Zimbábue, Costa do Marfim e Camarões.
- 13 Maud Perdriel-Vaissière, "France's Biens Mal Acquis Affair: Lessons from a Decade of Legal Struggle," Open Society Foundations, Maio 2017, www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/legal-remedies-11-perdriel-20170612.pdf.
- 14 Perdriel-Vaissière, "France's Biens Mal Acquis Affair: Lessons from a Decade of Legal Struggle."
- 15 "After Mysterious Fire, Online Columnist Dead in Congo," Comitê para a Proteção dos Jornalistas, 6 Fevereiro 2009, www.cpj.org/2009/02/after-mysterious-fire-online-journalist-dead-in-re.php.
- 16 Perdriel-Vaissière, "France's Biens Mal Acquis Affair: Lessons from a Decade of Legal Struggle."
- 17 Curt Hopkins, "West African Country Bans Facebook to Silence Protest," *Daily Dot*, 15 Maio 2013, www.dailydot.com/layer8/obiang-equatorial-guinea-facebook-ban-protest/.
- 18 William Sands, "Equatorial Guinea: Stop the Press," Pulitzer Center, 18 Março 2012, www.pulitzercenter.org/reporting/equatorial-guinea-stop-press.
- 19 "Equatorial Guinea," in *Freedom of the Press 2015* (Nova York: Freedom House, 2015), https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/FOTP_2015_Full_Report_PDF.pdf.

- 20 Brett Carter, "Activists vs. Autocrats in Africa," *Journal of Democracy*, v. 29, n. 1 (2018): 54–68, www.journalofdemocracy.org/article/rise-kleptocracy-autocrats-versus-activists-africa.
- 21 Joshua Kurlantzick, "Putting Lipstick on a Dictator," Mother Jones, 7 Maio 2007, www.motherjones.com/politics/2007/05/putting-lipstick-dictator/.
- 22 "Department of Justice Seeks to Recover More Than \$70.8 Million in Proceeds of Corruption from Government Minister of Equatorial Guinea," Departmento de Justiça dos Estados Unidos, 25 Outubro 2011, https://www.justice.gov/opa/pr/department-justice-seeks-recover-more-708-million-proceeds-corruption-government-minister.
- 23 Lee Ferran e Jason Ryan, "Smooth Criminal? DOJ Wants Michael Jackson's Glove from Dictator's Son," *ABC News*, 25 Outubro 2011, www.abcnews.go.com/Blotter/doj-seeks-jackson-glove-dictators-son/story?id=14812081.
- 24 "Second Vice President of Equatorial Guinea Agrees to Relinquish More Than \$30 Million of Assets Purchased with Corruption Proceeds," Departamento de Justiça dos Estados Unidos, 10 Outubro 2014, www.justice.gov/opa/pr/second-vice-president-equatorial-guinea-agrees-relinquish-more-30-million-assets-purchased.
- 25 "Abusing UNESCO: President Teodoro Obiang of Equatorial Guinea," Open Society Foundations, Fevereiro 2012, www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/obiang-unesco-20120222.pdf.
- 26 "DOJ vs. Teodorin 101," EG Justice, 23 Outubro 2013, www.youtube.com/watch?v=lxDj1mAwFFE.
- 27 "Bien mal acquis ne profite jamais," Wejustice, www.wejustice.com/causes/bien-mal-acquis-ne-profite-jamais.
- 28 Owen Bowcott, "Equatorial Guinea Goes to UN over French Case against President's Son," the Guardian, 19 Fevereiro 2018, www.theguardian.com/world/2018/feb/19/equatorial-guinea-to-challenge-vice-president-corruption-conviction-at-un-teodorin-obiang.
- 29 "Guide for Asset Recovery in France," Banco Mundial, www.star.worldbank.org/sites/star/files/Guide-for-Asset-Recovery-in-France.pdf.
- 30 "TI France Releases Plan for Returning Ill-Gotten Gains of Grand Corruption to Country of Origin," Transparência Internacional, 26 Outubro 2017, www.transparency.org/news/pressrelease/ti_france_releases_plan_for_returning_ill_gotten_gains_of_grand_corruption.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

P. 18: Foto de capa: Tatiana Popova/Shutterstock, Avenida Foch – "View from the Arc [Explore 08/27/15]" de Joe Parks está licenciada sob a licença CC BY 2.0; Carros de Obiang – "Fourrière de Luxe" de nARCOTO© Todos os direitos reservados; Teodoro Nguema (@teddynguema) via Instagram; Palácio da Justiça de Paris – TTstudio/Shutterstock.com

SOBRE O AUTOR

Tutu Alicante é o fundador e diretor executivo da EG Justice, uma ONG anticorrupção e em defesa dos direitos humanos com foco na Guiné Equatorial. Alicante escreve análises e dá entrevistas em publicações internacionais e, por meio de seu trabalho na EG Justice, monitora e combate a corrupção e abusos dos direitos humanos em nome de indivíduos e organizações que demandam transparência e reformas significativas na Guiné Equatorial. Durante os julgamentos do caso *Biens Mal Acquis*, Alicante foi chamado na condição de testemunha técnica da acusação. Além disso, ele colabora com a Transparência Internacional França em ações de conscientização e captação de recursos para apoiar o caso e facilitar o depoimento de outras testemunhas guinéu-equatorianas. Antes de fundar a EG Justice, Alicante foi assessor jurídico de ONGs internacionais, promovendo a responsabilidade legal e transparência na indústria extrativista. Também trabalhou como advogado da Southern Migrant Legal Services, onde representou agricultores imigrantes do sul dos Estados Unidos. Alicante é mestre em Direito pela Escola de Direito da Universidade Columbia e bacharel em Direito pela Universidade do Tennessee.

SOBRE A NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY

A National Endowment for Democracy (NED) é uma fundação privada dedicada ao crescimento e fortalecimento das instituições democráticas ao redor do mundo. Anualmente, a NED oferece mais de 1,7 mil bolsas para apoiar projetos de grupos não governamentais internacionais que trabalham por objetivos democráticos em mais de 90 países. Desde sua fundação, em 1983, a fundação permaneceu na vanguarda das lutas democráticas em todo o planeta, transformando-se em uma instituição multifacetada que se tornou uma referência de atividades, recursos e debate intelectual entre ativistas, profissionais, e acadêmicos ligados ao tema da democracia do mundo todo.

SOBRE O FÓRUM

O International Forum for Democratic Studies (Fórum Internacional de Estudos para a Democracia) sediado na – National Endowment for Democracy (NED) é um dos principais centros de análise e discussão da teoria e prática democráticas pelo mundo. O Fórum complementa a principal missão da NED — apoiar grupos da sociedade civil no exterior em sua luta para promover e fortalecer a democracia — ao conectar a comunidade acadêmica com ativistas do mundo todo. Por meio de suas atividades multifacetadas, o Fórum responde aos desafios enfrentados pelos países mundo afora analisando oportunidades de transição, reforma, e consolidação democrática. O Fórum persegue seus objetivos por meio de diversas iniciativas interrelacionadas: publicando o *Journal of Democracy*, a principal publicação global sobre teoria e prática democráticas; oferecendo programas de bolsas a ativistas, jornalistas, e acadêmicos internacionais que trabalham com o tema da democracia; coordenando uma rede global de *think tanks*; e empreendendo uma ampla gama de iniciativas de análise para explorar temas críticos relacionados ao desenvolvimento democrático.

AGRADECIMENTOS

O autor é grato a Maud Perdriel-Vaissiere, Shirley Pouget, Andrea Ngombet, Lucas Olo Fernandes, Laurene Bounaud, e William Bourdon por compartilharem sua experiência e conhecimento, que foram essenciais para a produção deste artigo. Ken Hurwitz e Brett Carter gentilmente revisaram e fizeram comentários; seus insights, perspectivas e sugestões ajudaram a aprimorar a análise final. O autor gostaria de agradecer aos analistas que participaram de uma discussão prévia do documento de trabalho na National Endowment for Democracy em abril de 2019, bem como a Tyler Roylance por oferecer seu excelente apoio editorial. Por fim, o autor gostaria de agradecer aos muitos ativistas e advogados guinéu-equatorianos que permanecerão anônimos, e aos denunciantes (whistle-blowers) ao redor do mundo que fornecem informações fundamentais aos casos de litígio estratégico, muitas vezes arriscando sua própria vida.

Inúmeros especialistas da NED ofereceram contribuições para a publicação deste artigo, incluindo Dave Peterson, Andrea Blazanovic, Rachelle Faust, Shanthi Kalathil, e Christopher Walker. Um agradecimento especial para a coordenadora sênior de pesquisas e conferências do Fórum, Melissa Aten, que teve um papel central como editora-chefe e coordenadora geral da produção do documento de trabalho.

As visões expressas neste artigo representam as opiniões e análises do autor e não necessariamente refletem as da National Endowment for Democracy ou de sua equipe.





1201 PENNSYLVANIA AVE, NW, SUITE 1100 ■ WASHINGTON, DC 20004 ■ (202) 378-9700 ■ ned.org



